

Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho foram definidos por:	(X) Direção e Gerências	() todos(as) empregados(as)	() Todos(as) + Cipa	(X) Direção e Gerências	() Todos(as) Empregados(as)	() Todos(as) + Cipa
Quanto à Liberdade Sindical, ao direito de Negociação Coletiva e à Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as), a Empresa:	(X) Não se envolve	() Segue as Normas da OIT	() Incentiva e Segue a OIT	() Não se envolverá	(X) Seguirá as Normas da OIT	() Incentivará e Seguirá a OIT
A Previdência Privada contempla:	() Direção	() Direção e gerências	(X) Todos(as) empregados(as)	() Direção	() Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)
A Participação dos Lucros ou Resultados contempla:	() Direção	() Direção e gerências	(X) Todos(as) empregados(as)	() Direção	() Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)
Na seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental adotados pela Empresa:	() Não são considerados	(X) são sugeridos	() São exigidos	() Não serão considerados	() Serão sugeridos	(X) Serão exigidos
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:	(X) Não se envolve	() Apoia	() organiza e incentiva	(X) Não se envolverá	() Apoiará	() Organizará e Incentivará
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores(as):	na Empresa 03	no Procon 0	na Justiça 0	na Empresa 0	no Procon	na Justiça
% de Reclamações e Críticas Atendidas ou Solucionadas:	na Empresa 100%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na Empresa 100%	no Procon %	na Justiça %
Valor Adicionado Total a Distribuir (em R\$):	Em 2011..... 67.949.502,04			Em 2012:.....72.931.414,57		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	41% Governo 1,2% Acionistas 55,3% Colaboradores(as) 0,1 % Terceiros 2,4% Retido			38,67% Governo 50,68% Colaboradores(as) 2,45% Acionistas 0,03 % Terceiros 7,87% Retido		
7 - Outras Informações						
Esta Companhia não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, bem como não está envolvida com corrupção. Através de parcerias e convênios com a UFPA e demais empresas, contribui para a geração de empregos indiretos e 1.862 diretos. No exercício de 2012 a empresa implantou definitivamente o Código de Ética e o mesmo encontra-se disponível no site através do endereço http://www.cdp.com.br/etica.php . Quanto ao Manual de Controle de Infrações Éticas e Disciplinares, o mesmo está sendo adequado para abranger apenas as infrações disciplinares, já que existem legislação e procedimentos específicos para apuração de infrações éticas. Outro ponto de relevância é a implementação do Serviço de Informação ao Cidadão, a partir da Lei de Acesso à Informação, que chega para mudar o paradigma da Cultura do sigilo para a cultura da transparência, onde a publicação é a regra, sigilo é a exceção, criando diretrizes de aplicação para desenvolvimento do controle social da Administração Pública. Concluimos que o primeiro ano de experiência da Lei de acesso à informação apresentou resultados favoráveis no âmbito interno, expressos, principalmente nos processos definidos e ferramentas gerencias que propiciam amplas informações e um efetivo controle das atribuições do setor. Ressalta-se também o tempo médio de atendimento do pedido de acesso à informação (7,2 dias), estando bem abaixo do previsto em legislação.						
As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(EM REAIS)
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL
A **Companhia Docas do Pará - CDP** é uma Sociedade de Economia Mista, de capital autorizado, vinculada diretamente à Secretaria Especial de Portos, com sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, com prazo de duração indeterminado.
A CDP tem por objeto social realizar, em harmonia com os planos e programas da Secretaria de Portos, a administração e exploração comercial dos portos organizados do Estado do Pará e por força de Convênio, a exploração do Terminal Portuário de Outeiro.
A União, através do **Convênio nº 009/02**, assinado em 14 de dezembro de 2002, tirou da CDP, transferindo ao Município de Santana, a responsabilidade pela administração do Porto de Macapá. Esse Convênio tem vigência de 25 (vinte e cinco) anos, a partir de 01 de janeiro de 2003. Pelo Convênio nº 013/02 e 06/2005, vigente até 28/12/2010, a União delegou à CDP o direito de exploração do Terminal Portuário Privativo que pertenceu a Empresa SOTAVE, localizado na Ilha de Caratateua, Distrito de Icoaraci, assim como o uso gratuito dos bens integrantes de seu Patrimônio. A partir de 28/12/2010 pelo prazo de 05(cinco) anos, esta exploração está disciplinada pelo Termo de Cooperação para Descentralização do Terminal de Outeiro conf. Processo nº 00045.002329/2010-79, firmado entre CDP e a Secretaria de Portos-SEP.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO
2.1. Declaração de Conformidade
Considerando a importância e a necessidade de que as práticas contábeis brasileiras sejam convergentes com as práticas internacionais, a administração da Companhia apresenta, a partir de 01/01/2008, demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de Mensuração
As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.
Operações com moedas estrangeiras, casos sejam realizadas, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalente de caixa e demais são apresentados na demonstração do resultado como despesa ou receita financeira.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as novas normas contábeis exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas relacionadas com premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste

material dentro do exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas em notas explicativas pertinentes.
Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis, perda ao valor realizável de contas a receber, análise de valor recuperável de investimentos, imobilizados e intangíveis, imposto de renda e contribuição social, diferidos e correntes, provisões de contingências judiciais e ou construtivas.
NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente aos períodos apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia Docas do Pará – CDP.
3.1. Apuração do resultado, receitas, despesas e classificação dos ativos e passivos
O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios que considera os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias calculadas em índices e ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e os passivos, e os efeitos para o ajuste ao valor de mercado, quando aplicável. As receitas e despesas são reconhecidas em observância com o regime de competência contábil. Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis, no decorrer do exercício seguinte, são classificados como circulante. Os ativos e passivos são classificados em circulante e não circulante, obedecendo a ordem decrescente de liquidez e ordem decrescente de exigibilidade.

3.2. Instrumentos financeiros não derivativos
Incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
A Companhia reconhece seus empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.
A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando, a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

3.3. Instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros
Não houve operação de instrumentos financeiros derivativos durante o exercício iniciado em janeiro de 2012.

3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa
Inclui o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos” no passivo circulante.